

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE INDICAÇÃO
Descrição:	INSTITUI O PROGRAMA ESTADUAL DE SUPERMERCADOS POPULARES SEM FINS LUCRATIVOS.		
Autor:	99589 - DEPUTADO RENATO ROSENO		
Usuário assinator:	99589 - DEPUTADO RENATO ROSENO		
Data da criação:	28/04/2026 14:24:53	Data da assinatura:	28/04/2026 14:27:53



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO RENATO ROSENO

PROJETO DE INDICAÇÃO
28/04/2026

Institui o Programa Estadual de Supermercados Populares Sem Fins Lucrativos, dispõe sobre sua organização, objetivos e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ APROVA:

Art. 1º Fica criado o Programa de Supermercados Populares, com o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional da população, oferecendo alimentos e produtos básicos de qualidade a preço de custo.

Art. 2º Para fins desta lei, entende-se por Supermercado Popular o estabelecimento comercial gerido pelo Poder Público ou por cooperativas conveniadas, onde a margem de comercialização visa exclusivamente a manutenção da operação, sem a finalidade de lucro.

Art. 3º São objetivos do programa:

- I. Reduzir o custo de alimentos, especialmente in natura e minimamente processados, e produtos básicos para famílias de baixa renda;
- II. Fomentar a agricultura familiar local através da compra direta;
- III. Eliminar intermediários desnecessários na cadeia de suprimentos;
- IV. Combater a insegurança alimentar e desigualdades em regiões periféricas.

Art. 4º A gestão dos estabelecimentos poderá seguir os seguintes modelos:

- I. Gestão Direta: administrada pelo Poder Executivo;

II. Modelo Cooperativo: onde os consumidores podem atuar como voluntários em troca de descontos adicionais, reduzindo custos operacionais.

Art. 5º O acesso aos produtos com preço de custo nos Supermercados Populares será restrito às famílias e indivíduos regularmente inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

§ 1º A identificação do beneficiário dar-se-á mediante apresentação de documento oficial com foto e comprovação de inscrição ativa (NIS - Número de Identificação Social).

§ 2º O Poder Executivo poderá estabelecer limites mensais de compra por CPF, proporcionais ao número de membros do núcleo familiar, a fim de evitar o desabastecimento ou a revenda comercial dos itens adquiridos.

Art. 6º Para a efetiva implementação do Programa de Supermercados Populares, o Poder Executivo deverá observar as seguintes etapas:

I. Mapeamento de Vazios Alimentares: Identificação das áreas geográficas com maior índice de inscritos no CadÚnico e menor oferta de alimentos frescos a preços acessíveis, priorizando estas regiões para a instalação das primeiras unidades.

II. Chamamento Público para Gestão: Realização de editais para selecionar cooperativas de consumo ou organizações da sociedade civil (OSC) interessadas em gerir as unidades sob o modelo de autogestão e sem fins lucrativos.

III. Parcerias para Abastecimento: Firmar convênios com Centrais de Abastecimento (CEASAs) e associações de agricultores familiares para garantir o fluxo direto de mercadorias, reduzindo custos de transporte e intermediação.

IV. Integração Tecnológica: Desenvolvimento ou adaptação de sistema informatizado que cruze, em tempo real, os dados do CadÚnico para validação do benefício no ato da compra.

Art. 7º Esta indicação produzirá os efeitos cabíveis a partir da data de sua aprovação, especialmente para os fins a que se refere o §2º, do art. 58, da Constituição do Estado do Ceará.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 2026.

Renato Roseno

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O acesso à alimentação adequada é um direito constitucional, devendo o Estado intervir para garantir que a população tenha acesso a itens básicos de qualidade, possibilitando qualidade de vida, superação da má nutrição e prevenção de doenças.

O presente projeto de indicação tem como inspiração o modelo de economia solidária implementado em São Paulo, através dos Armazéns Solidários, e os supermercados populares recentemente anunciados pelo novo prefeito da cidade de Nova York.

As referidas experiências tratam de iniciativas que conseguem oferecer produtos, em especial minimamente processados e in natura, por preços até 30% a 50% menores que os supermercados convencionais. Isso é possível porque o "lucro" é reinvestido no preço para o consumidor ou na manutenção da estrutura.

Ao comprar diretamente do pequeno produtor e da agricultura familiar, o projeto elimina o atravessador, garantindo um preço justo para quem planta e um valor acessível para quem consome. Da mesma sorte, como não há o objetivo de auferir lucro, o valor final dos produtos é reduzido.

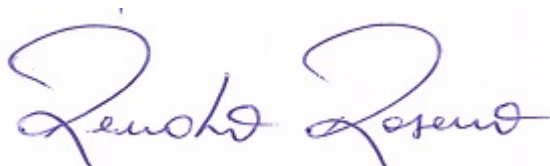
Ao economizar na alimentação e produtos básicos, as famílias ampliam sua dignidade de vida e passam a ter maior poder de compra para outros setores da economia local, gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento regional.

Ao restringir o público aos inscritos no CadÚnico, o projeto deixa de ser uma intervenção generalista no mercado e passa a ser uma política pública de assistência social e combate à fome. Isso justifica o uso de subsídios públicos para cobrir os custos operacionais, uma vez que o objetivo é garantir o direito humano à alimentação adequada e a produtos básicos para quem se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Desta feita, o Estado não compete de forma desleal com o setor privado varejista, mas atua em uma lacuna onde o mercado convencional muitas vezes é inacessível para as famílias de baixa renda, transformando o Supermercado Popular em um braço logístico da rede de proteção social.

Diante da relevância da matéria, peço o auxílio dos pares para a aprovação do presente projeto de indicação.

Desta feita, peço o auxílio dos pares para a aprovação.



DEPUTADO RENATO ROSENO

DEPUTADO (A)